

Revista de História da Arte Nº 4 – 2007 – Cidades Portuguesas Património da Humanidade

Palavras-chave: Cidade Histórica; Baixa de Lisboa; Urbanismo Português; Salvaguarda; Baixa-Chiado

Key words: Historic city; Lisbon downtown; Portuguese urbanism; Safety; Baixa-Chiado

RESUMO

ABSTRACT

The application of the area of Baixa Pombalina for classification as World Heritage was prepared by the City of Lisbon in 2004 but for several political reasons has not yet been formalized. This article deals with some aspects of the preparatory work conducted by the Scientific Committee that prepared the application. The area to be classified should be underlined. It includes the area of Chiado as well as the historically innovative aspects of the 1755 post-earthquake Reconstruction Plan framed by a double context: that of European Enlightenment urbanism of the 1700s, and the Portuguese “city making” tradition developed in the vast colonial space.

A candidatura da Baixa pombalina a Património da Humanidade foi preparada, pela Câmara Municipal de Lisboa, em 2004 mas, por razões políticas diversas, não foi ainda formalizada. Neste artigo abordam-se alguns aspectos do trabalho realizado pelo Conselho Científico daquela candidatura. Saliente-se a determinação da área a classificar, incluindo, no seu interior, a “alta” da Baixa pombalina, ou seja o Chiado, bem como os aspectos historicamente inovadores do urbanismo e da arquitectura determinadas pelo Plano da reconstrução pós terramoto de 1755 que têm dois contextos: o urbanismo europeu do Iluminismo setecentista e a tradição portuguesa de “fazer cidades” no vasto espaço colonial.

A CANDIDATURA DA BAIXA POMBALINA A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

Raquel Henriques Silva*

No século XVIII português, o único acontecimento verdadeiramente original foi o terramoto de 1755 – e o nascimento de uma nova cidade que disso foi consequência. Esta é a última das antigas cidades da Europa e a primeira das cidades modernas”.

José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*

Alguns factos, 2004-07

Em 2004, a então vereadora da cultura da Câmara Municipal de Lisboa (CML), Eduarda Napoleão decidiu avançar com a proposta da candidatura da *Baixa* a Património da Humanidade, trabalhando com o apoio do Presidente da Câmara, Pedro Santana Lopes e com a competência técnica do seu assessor João Mascarenhas Mateus. Este veio a ser o responsável pela preparação da mesma candidatura, e sua apresentação pública, no final 2005, trabalhando com diversos serviços da Câmara e, especialmente, com o Conselho Científico (CC) que, entretanto, fora criado, presidido por mim e integrando reconhecidos especialistas (Ana Tostões, José Sarmento de Matos, José Monterroso Teixeira, Maria Helena Ribeiro dos Santos e Walter Rossa).

Esclareço, à partida, que, para todos os membros do CC, a intenção da candidatura foi entendida, não uma finalidade em si mesma (apesar da importância simbólica da sua desejável e esperável aprovação) mas um território de possibilidades para aprofundar o estudo da área e alertar para o seu gravíssimo estado actual.

Apesar da qualidade do dossier final da proposta, o Governo português entendeu não o enviar à UNESCO por considerar que ele carecia de uma

* Professora Auxiliar, Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

componente essencial: “o plano de gestão” para a conservação, valorização e dinamização do bem. Era verdade, mas ainda hoje estou convencida que teria sido melhor que ele tivesse sido formalmente apresentado. Iniciar-se-ia mais cedo um segundo nível de debate, com compromissos para a acção. Aliás, não teria sido a primeira vez que uma candidatura portuguesa seria apresentada e aprovada sem Plano de Gestão (como se sabe, é, ainda hoje, a situação de Sintra).

Em 2006, já noutro contexto de governação da Câmara Municipal, a então vereadora Maria José Nogueira Pinto criou um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar uma proposta adequada para a requalificação da “Baixa-Chiado”. Uma das razões apontadas para esta iniciativa foi que dela poderia resultar “o plano de gestão” exigido pelos normativos das candidaturas a Património da Humanidade. Este Grupo de Trabalho apresentou o seu Relatório final ainda em 2006, difundindo-o amplamente junto dos mais variados grupos de interesse, incluindo os escassos moradores. No entanto, mercê de uma profunda crise política no seio da Câmara Municipal (que conduziu à eleição intercalar de 2007), ele ficaria detido na Assembleia Municipal, sem aprovação final e sujeito a diversos questionamentos políticos e técnicos que não tiveram ainda resposta.

Tudo leva a crer que a nova governação da CML, empossada em 1 de Agosto de 2007 (no momento em que escrevo este artigo) irá retomar o Relatório do Grupo de Trabalho e talvez reapreciar o estado actual da candidatura da Baixa Pombalina a Património da Humanidade. Sobre o significativo e qualificado trabalho realizado, este *lugar* maior de Portugal irá, finalmente, entrar num ciclo novo.

O que pretendo com este artigo (que passa a escrito e actualiza a conferência do curso livre do IHA, dedicado às “Cidades Portuguesa, Património da Humanidade”) é, primeiro, sintetizar as razões que o Conselho Científico (CC) de 2004-05 elencou para justificar a oportunidade e adequação da candidatura. Depois, reflectir sobre alguns princípios e estratégias que decorrem da Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado.

Definição e âmbito geográfico da Baixa Pombalina

A primeira questão que ocupou o CC foi a definição da área a propor para classificação a Património da Humanidade. A CML pensara, inicialmente, restringi-la ao território entre a Praça do Comércio e o Rossio/ Praça da Figueira,



Nova Lisboa, cópia da denominada planta número 5 (?) c. 1758. Lisboa, Museu da Cidade.

aquele que fora já objecto de classificação nacional: a Praça do Comércio como Monumento Nacional (1910), o restante conjunto de arruamentos e praças, como Imóvel de Interesse Público (1978).

Na opinião unânime do CC, essa opção seria definitivamente empobrecedora da historicidade do Bem e coarctaria as dinâmicas essenciais para a sua salvaguarda. Por isso, se entendeu propor que a classificação se ancorasse num documento célebre e inquestionável: a *Planta da reconstrução de Lisboa*, certamente elaborada por Eugénio dos Santos, talvez já com a colaboração de Carlos Mardel, e sancionada pelo Senado da Cidade e pelo Marquês de Pombal, datável de 1758. Como se sabe, esse instrumento fundador da cidade contemporânea abrange, além da área da “Baixa”, o território da sua “Alta” ou seja a colina do Chiado, estendendo-se, para ocidente, até aos arruamentos envolventes da Praça de S. Paulo.

Esta opção provocou inicialmente alguma resistência: afinal não era a “Baixa” a concretização maior da Lisboa pós terramoto? Não era aí que estavam os seus valores monumentais mais expressivos e que se podia compreender o urbanismo iluminista adoptado, implicando uma disciplina absoluta sobre a arquitectura? Por outro lado, alargar a área ao Chiado não seria inu-

tilizar a própria designação da Candidatura que sempre se pensou como “Baixa Pombalina”? Foi, como se calculará, uma reflexão muito interessante e de partilha de saberes há muito adquiridos.

Embora não se tenha encontrado melhor designação do que a historicamente consagrada (Baixa Pombalina) a verdade é que uma das particularidades mais ousadas do plano de Eugénio dos Santos foi precisamente a sua complexidade topográfica, envolvendo, além do território plano da Baixa, a colina de S. Francisco e, a partir dela, o redesenho do Chiado, entrosando-se com o Bairro Alto de matriz quinhentista que o terramoto em grande parte preservara. Descendo de novo para o Tejo, para reconstruir, com radicalidade absoluta, o ribeirinho bairro de S. Paulo que se articula também com a retícula da *Baixa*, através da Praça do Município, da Rua do Arsenal e do Cais do Sodré.

Depois de ter pensado na eventualidade de designação alternativa - que melhor representasse a autoria do plano, a sua diversidade topográfica e a sua vária concretização - o CC não entendeu necessário mudar a designação de “Baixa Pombalina” para “Baixa-Chiado”, reconhecendo, embora, que esta se foi popularizando, desde a inauguração da estação de Metro com o mesmo nome.

Foi a primeira e mais saborosa vitória do CC. Hoje é consensual que a “Baixa” contém uma “Alta” e uma adjacência ocidental; que este território, com história, topografia e vivências bem diversificadas, foi entendido como um todo, pelos arquitectos da reconstrução da cidade; que é a sua inteireza que deve ser objecto de classificação. Pouco interessa que poucos se lembrem da autoria da disseminação deste adquirido, antes só consensual entre alguns especialistas.

Depois de encontrada a justificação inquestionável para a opção da área a classificar, o CC iniciou aquela que foi a sua tarefa técnica mais complexa, desenvolvida sobretudo por Maria Helena Ribeiro dos Santos, com a boa colaboração de técnicos do Gabinete da Baixa-Chiado: descrever, rigorosamente, com indicação dos números de polícia, o perímetro da área a classificar.

Depressa se percebeu que nem os limites recentes da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) para a Baixa-Chiado, nem os da área abrangida pela actuação do Gabinete da Baixa-Chiado se adequavam aos princípios que definimos, visando, no essencial, garantir a mais ampla protecção das vistas sobre o Bem, e, ainda, a máxima coerência topográfica e histórica da, também definida e descrita, “zona de transição”. Por isso, o trabalho desenvolvido foi meticolosíssimo, construindo-se sobre diversas visitas à vasta área abrangida. Para quem nele participou, foi a oportunidade de um reencontro com uma diversidade

extraordinária de questões, envolvendo épocas históricas do urbanismo de Lisboa, situações monumentais consolidadas mas também zonas de extrema fragilidade e de incerteza em relação à sua protecção patrimonial.

Infelizmente, o facto de a candidatura ter sido detida não permitiu garantir a aceitação formal da proposta do CC para a zona de transição que implicará, aliás, a revisão de alguma regulamentação actualmente existente. Mesmo a sensibilização que o Instituto Português do Património Arquitectónico chegou a revelar em relação ao assunto – ancorada na proposta de classificação, como monumento nacional, de toda a área a candidatar a Património da Humanidade – não teve também sequência, enredada nas indefinições e reestruturações do Instituto que não estão ainda terminadas. Por isso, esta é uma das importantes questões que terá de ser ponderada, embora grande parte do perímetro definido tenha sido utilizado na Proposta de Revitalização da Baixa- Chiado.

Critérios justificativos da proposta de classificação

Definida a área a classificar, os seus limites e zona de transição, o CC concentrou-se sobre os diversos critérios determinados pela UNESCO para fundamentar a classificação do Bem. Foi um período intenso de trabalho conjunto, sobre sucessivas sugestões ou propostas dos vários membros, que conduziu a preencher-se todos os seis critérios regulamentares, embora tal não fosse necessário.

Sendo consultáveis os textos finais produzidos, compreender-se-á que não os transcreva aqui. Mas será útil referenciar que justificámos que a Baixa “representa uma obra-prima do génio da criatividade humana” (1º critério) pela qualidade moderna do seu plano, do ponto de vista urbanístico, arquitectónico e tecnológico, propondo níveis elevados de vivência económica, social, política e cultural. Salientou-se também que a eficácia do Plano se entrosça com uma tradição multissecular de “fazer cidade”, praticada pelos portugueses, desde o século XV, em todas as regiões do seu vasto império, assumindo-se então Lisboa como resultado último dessa extraordinária experiência, corpo e imagem de uma capital imperial.

Esta continuidade dinâmica foi relacionada com as diversas cidades, classificadas como Património da Humanidade, que têm matriz urbanística e histórica portuguesa. É o caso de S. Salvador da Baía, S. Luís, Diamantina e Góias

(todas no Brasil e objecto de artigo específico nesta *Revista* de Renata Araújo), Galle no SriLanka e a Colónia do Sacramento no Uruguai.

No sentido de destacar, por relacionamento, o caso de Lisboa, referiram-se experiências antecedentes (Turim, através dos contactos com Filipe Juarra; Londres, possivelmente pela intensificação das relações com a Grã-Bretanha através de D. Catarina de Bragança, rainha britânica à época do grande incêndio de 1666), considerando-se também os casos de Reims, Nancy, Lyon e, sobretudo, Edimburgo, cujo plano data de 1766.

Noutros momentos do preenchimento dos sucessivos critérios, salientou-se a história ímpar das decisões políticas que envolveram o delineamento e execução do Plano, implicando a demolição do muito que restava da cidade baixa, a proibição de intervenções particulares, a definição conceptual e técnica de uma ordem arquitectónica sobre novo loteamento. Destacou-se também a implementação das infra-estruturas, a determinação regulamentar dos usos, em termos de habitação e das actividades comerciais, a distinção do centro político da capital, assumido na Praça do Comércio, de arquitectura erudita, aberta sobre o Tejo.

Além das rupturas, foram salientadas as continuidades: o facto de a Baixa pombalina, apesar do corte radical que introduziu na vivência e imagem de Lisboa, catalizar, não só a já referida experiência imperial de “fazer cidade”, mas a própria história antiquíssima da capital. É o que acontece com a contenção do Plano, respeitando os bairros antigos (Mouraria, Alfama Castelo. Graça), recriando percursos da cidade desaparecida, de articulação Sul-Norte e Este-Oeste (as célebres Rua Nova e Rua Nova d'El-Rei de fundação quinhentista) e reconfigurando o Terreiro do Paço, totalmente desaparecido, como praça nova, geométrica e normalizada, mas que mantém elementos essenciais do passado, como as arcadas dos pisos térreos e os torreões de fecho. Sob este aspecto, não deixou de enumerar-se a integração de elementos de arquitecturas eruditas, desaparecidas enquanto totalidade, nas novas igrejas, ou a modernidade com que a estrita malha predial foi capaz de acolher, sem perturbação, o prestigiado Convento do Corpus Christi, incluindo a sua reconstruída igreja. Como se sabe, a poderosa laicização da imagem da cidade é um dos aspectos mais radicais da modernidade pombalina (submetendo a Igreja ao Estado) e é visível no modo como, em toda a área da reconstrução, as numerosas igrejas se encaixam na malha constrangente do edificado.

Pormenorizou-se, particularmente, as novidades tecnológicas do Plano, relacionadas com as condutas de esgotos, o traçado das ruas e passeios e a

prevalência do quarteirão na composição arquitectónica, no interior do qual se estruturavam os ritmos do loteamento e a tipificação das volumetrias, desde a definição das cérceas à organização interior dos edifícios, e à standardização de diversos elementos construtivos. Neste âmbito, valorizou-se o inovador sistema da gaiola pombalina, relacionando-o com outros sistemas afins, mas destacando a sua incontornável originalidade que tem vindo a ser objecto de confirmação por estudiosos estrangeiros.

Apesar do CC considerar que o valor essencial da Baixa pombalina é a complexidade, eficácia e historicidade do Plano, não deixou de registar os tempos longos, com contextos diversos, da sua concretização: na verdade mais de cem anos, se se considerar a data da inauguração do Arco da Rua Augusta (1873). Neste âmbito, interessa salientar as conclusões de trabalhos entretanto realizados, nomeadamente pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, em 2004, dedicara a revista *Monumentos* (nº 21) à Baixa Pombalina.

Destaco, particularmente, a datação rigorosa das primeiras edificações da Baixa propriamente dita, baseada no inventário do imposto predial *Décima da Cidade* que permitiu confirmar a importância da edificação na época de D. Maria I, e caracterizar os valores da arquitectura de “um segundo pombalino”. Os seus referentes de conforto, ornamentação e distinção imagética começaram a alterar aspectos constitutivos do Plano, mesmo em termos do loteamento e da definição da cércea.

É nessa época, após o desaparecimento de todos os autores do Plano, que o Chiado se foi caseando, ao longo de ruas quase integralmente redeseenhadas, manejando a maior liberdade que o Plano lhe atribuíra, de modo que o pombalino conforma ali uma arquitectura que mescla casas nobres e palacetes com prédios por vezes designados, na documentação, “casas nobres de aluguer”. Elas estendem-se à Rua do Alecrim e bairros anexos da Emenda e Rua das Flores, enquanto, ao Cais do Sodré e a S. Paulo, se manteve, mais estritamente, a urbano-arquitectura inicial, baseada na figura estruturante do quarteirão.

Mas, terminado o Antigo Regime e instaurado o liberalismo, a Baixa continuou a ser a imagem mais impressiva de Lisboa onde as novas operações urbanísticas se conformaram ainda às normas do Plano da Reconstrução, mesmo quando envolveram situações antes impensáveis, decorrentes da extinção dos conventos, em 1834. Assim aconteceu, por exemplo, em relação ao imenso território do ex-convento de S. Francisco.

Pense-se também no caso do Rossio, onde o edifício delineado por Carlos Mardel ou Reinaldo Manuel, para albergar a Inquisição, depois de ardido, foi substituído pelo Teatro Nacional D. Maria II, desejado por Almeida Garrett para educação de um povo de cidadãos. A sua elegante arquitectura neo-clássica, já romantizada, da autoria de Fortunato Lodi (1846) adequou-se à ampla praça que, entretanto, tivera o chão decorado com uma das primeiras composições basálticas a preto e branco, tão características do urbanismo romântico; no fim do século, chegarão as fontes monumentais de origem francesa e as primeiras demolições e reconstruções, modernizando, no gosto eclético de 1900, as fachadas e os interiores de habitações e, sobretudo, as lojas dos pisos térreos. A Baixa foi então, e até aos anos de 1950, o bairro *chic* de Lisboa, pela riqueza burguesa das suas lojas, a boémia de cafés, teatros e cinemas, a proximidade do “país dos jornais” no Bairro Alto, mas também a vida mais soturna de bancos e da administração pública.

Valorizando as diferenças, as alterações que ao longo de duzentos e cinquenta anos ocorreram no território da Baixa, pôde, no entanto, provar-se



Vista área de Lisboa, em primeiro plano, a Praça do Comércio (c. 1960)

que o seu valor de integridade se mantém, no essencial, intacto. Não questionado pelas apropriações da história, de gostos e funcionalidades novas, essa integridade tem sobrevivido também às situações de declínio e abandono que começaram a delinear-se na década de 1960, relacionadas, primeiro, com as novas centralidades económicas e financeiras, e, progressivamente, pelo abandono demográfico que atinge, hoje, uma expressão dramática.

Compreende-se assim que, para todos os membros do CC, a preparação da Candidatura da Baixa a Património da Humanidade teve, como já afirmei, um entendimento estratégico, recomendando-se, em diversos monumentos do ano de trabalho, a urgência de se criarem instrumentos legislativos adequados para se iniciar a valorização patrimonial do Bem. Infelizmente, até 2006, nada foi feito, tendo os dossiers da candidatura sido sepultados não sabemos onde. Quanto aos pareceres e sugestões do CC, talvez nunca tenham sido lidos por quem de direito.

O Plano Baixa-Chiado

Como inicialmente referi, em 2006, nova esperança surgiu para a salvaguarda e revitalização da Baixa Pombalina, com a criação de um grupo de trabalho presidido pela então vereadora Maria José Nogueira Pinto que, em Setembro de 2006, apresentou, sob a forma de dossier, uma Proposta de Revitalização para a Baixa-Chiado.

Fiz parte desse grupo de trabalho, fundamentalmente porque se entendia que, a elaboração de um estudo, destinado à acção, poderia vir a ser considerado o “Plano de Gestão” necessário para a apresentação da candidatura da Baixa a Património da Humanidade. Embora, em consciência, tenha subscrito e assumido publicamente o documento final, não me identifico com alguns dos projectos ali definidos e que, na arquitectura geral do Plano, são considerados fundamentais.

Trata-se, como se sabe, de questões da maior complexidade e com elevadíssimo grau de risco. A maioria dos membros daquela equipa - sobretudo Manuel Salgado, enquanto arquitecto, e Augusto Mateus, enquanto economista e sociólogo – considera que a intervenção deve ser extensiva e densa, de modo a dotar aquela zona da cidade com condições atractivas para o investimento, para o comércio e sobretudo para o turismo. Admitem por isso, embora com preocupações de salvaguarda patrimonial, intervir significativamente



Vista geral das praças do Rossio e da Figueira

quer no loteamento, quer nas funções tradicionais. Exemplos maiores da radicalidade da intervenção são, por exemplo, a proposta de um hotel de luxo na ala mais nobre da Praça do Comércio, com parque de estacionamento subterrâneo, ou a criação de um “centro comercial a céu aberto” nas Ruas da Vitória e de Santa Justa.

A minha reserva temerosa em relação a este tipo de projectos não é, no entanto, absoluta. A degradação e abandono da Baixa é tal, em termos patrimoniais e vivenciais, que criar uma dinâmica de investimento significará, necessariamente, possibilidades de trabalho positivo de salvaguarda.

No entanto, preferiria uma filosofia de intervenção de pequena escala, o “fazer conjunto da concertação local” (Choay, 2005) capaz de criar um conjunto coerente de intervenções qualificadas nos numerosos prédios (alguns da primeira época da edificação) cuja estrutura construtiva e arquitectónica é ainda quase integralmente pombalina. Tal seria realizado com a eficácia de gabinetes técnicos de acompanhamento (o da Baixa-Chiado seria bastante, enriquecido com excelentes técnicos que andam, desmotivadamente, a vegetar em diversos serviços), estimulando, acompanhando e servindo a extrema diversidade de interesses públicos e privados em jogo.

A questão maior da salvaguarda da Baixa – que qualquer instrumento financeiramente poderoso poderá pôr em causa – é, no interior da coerência do Plano, a extraordinária diversidade de situações existentes, determinando actuações igualmente diversas. O que se agrava pelo facto que, apesar dos imensos progressos, o inventário sistemático, profundo, informado das existências, não está concluído. Por isso, o empenho em promover os estudos que estão por realizar (envolvendo desde a geologia às artes decorativas, passando não só pelas engenharias e as arquitecturas, mas também pela história económica, social e cultural) irá ser condição de efectiva adequação dos planos a realizar:

A Proposta para a Revitalização da Baixa-Chiado procura integrar esta necessidade de estudo interdisciplinar com a criação de uma espécie nova de Escola de Artes e Ofícios, sediada na zona e envolvendo, em termos de pós-graduações e mestrados, diversas faculdades que asseguram formação nos domínios do património, estendendo-se ao design e às indústrias culturais. Esta é uma excelente proposta, como o é também a de instalar, na ala ocidental da Praça do Comércio, um núcleo do Museu da Cidade, acolhendo a grande diversidade e riqueza das colecções pombalinas. Ideia já antiga, sucessivamente apresentada com algumas variantes, ela deverá ser, na minha opinião, mais do que o instituto museu, um centro de estudo e de divulgação, capaz de servir públicos muito diversos, dos cidadãos comuns e turistas aos níveis mais exigentes de investigação.

O que é essencial – e assim termino – é que a consciência da excepcionalidade histórica e patrimonial da Baixa esteja no cerne de todos os planos de salvaguarda, modernização e dinamização. Essa consciência é, em primeiro lugar, um imperativo histórico constrangente que não poderá ser mais torpedeado. Foi-o no passado, em inúmeras situações que, desde os anos 40, geraram a “Baixa betonizada” mas, há luz da nossa cultura contemporânea, não pode voltar a sê-lo (e, no entanto, obras em preparação ou em curso continuam a inflectir esta exigência).

A valorização dos patrimónios históricos tem vindo a adquirir – desde os anos 80, quando se iniciou o crescimento imparável do turismo mundial – um significado económico e cultural que antes não possuía, senão em casos de excepcionalidade monumental. Nas nossas sociedades nómadas e cada vez mais iguais entre si – em que o peso das diferenças históricas e culturais não tem cessado de enfraquecer – os centros históricos das velhas cidades euro-

peias tornaram-se mais-valia inquestionável. Mas, para os mais atentos, compreende-se já que as gerações futuras vão cansar-se desses lugares de excepção em que quase já só existem turistas e uma oferta cultural sem marcas de particularidade antropológica. Pelo contrário, na Baixa-Chiado, como em todos os bairros históricos de Lisboa, será ainda possível viver quotidianamente, aceitando os limites que os sítios e as casas velhas nos impõem.

Alguns, como eu, consideram que esses limites são leves e familiares e preferem-nos às comodidades indiscutíveis das cidades satélites. Por isso, olho, com inquietação, os novos hotéis de cinco estrelas que esventraram integralmente velhos edifícios de que só resta a pele remaquilhada dos seus centenários corpos, ou os apartamentos de luxo que, identicamente, exigem elevadores, parques de estacionamento e, eventualmente, piscinas no terraço. Estas situações – todas infelizmente existentes, pelo menos em projecto – sugerem que o grande investimento (e os excelentes técnicos que o servem) negam hoje a velhice das cidades, como os homens e mulheres do *jet set* mundial negam, para si próprios, o seu normal processo de envelhecimento. Será que os “não-lugares” do século XXI (Augé, 2005) se irão instalar nas pregas, artificialmente alisadas, da cidade histórica?

Bibliografia

Considerando a vastidão da bibliografia fundamental sobre o tema, remeto, os leitores interessados, para - *Monumentos*. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 21, Setembro de 2004 - que apresenta um elenco apreciável de bibliografias especializadas nos seus sucessivos artigos. As obras que a seguir destaque não são ali citadas:

AUGÉ, Marc (2005) – *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90º (1ª ed.: 1992)

CHOAY, Françoise (2005) – *Património e Mundialização*. Évora: Casa do Sul Editora/ Centro de História da Arte da Universidade de Évora.

PORTAS, Nuno (2005) – *Os Tempos das Formas. Vol. I – A cidade feita e refeita*. Universidade do Minho/ Departamento Autónomo de Arquitectura.

RODRIGUES, Paulo Simões (2005) – *Lisboa, a Construção da memória da cidade*. Évora: Casa do Sul Editora/ Centro de História da Arte da Universidade de Évora.